



MUNICIPIO DE REDONDO

CÂMARA MUNICIPAL

**ATA N.º 24/2022**

**DATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA: 16/11/2022**

INÍCIO DA REUNIÃO: 10:00 horas

TERMINUS DA REUNIÃO: 13:30 horas

**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDONDO QUE COMPARECERAM À REUNIÃO:**

**PRESIDENTE:** Sr. David Manuel Fialho Galego  
**VEREADORES:** D. Maria Inácia Pulido Cachopas  
Sr. Pedro Rui Palmeiro Roma  
D. Carla Cristina Ferreira Figueiras  
Sr. David Manuel Palma Grave

**OUTRAS PESSOAS**

**Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente:** Sr. José Luís Nunes Marques Mónica

**Responsável pela elaboração da ata:** Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, José Bernardo Nunes

**FALTAS**

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Operações Orçamentais: 902.059,34€

Operações Não Orçamentais: 74.324,58€



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

#### ABERTURA

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Redondo, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Redondo, sob a Presidência do Senhor David Manuel Fialho Galego (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD-CDS-PP), na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores Maria Inácia Pulido Cachopas (MICRE), Pedro Rui Palmeiro Roma (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD-CDS-PP), Carla Cristina Ferreira Figueiras (Uma Nova Atitude - Coligação PPD/PSD-CDS-PP) e David Manuel Palma Grave (CDU).

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quórum para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

#### **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**

Propôs o Senhor Presidente, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do nº 1 artigo 25º do mesmo diploma legal e na alínea a) no nº 3 do artigo 106º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na atual redação, o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMD).

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.

#### **Participação variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)**

Propôs o Senhor Presidente, nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e dos nºs 1 e 2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação da Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto nos nºs. 1 e 2 do artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação da Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, uma participação de 3% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para vigorar no ano de 2022.



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal deliberou por maioria e em minuta, com o voto de abstenção do Senhor Vereador David Grave e os restantes a favor, aprovar a proposta apresentada e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.

Declaração de voto do Senhor Vereador David Grave:

Não se pode pensar que a Câmara ao abdicar de 2 pontos percentuais da taxa variável de IRS que reverte para o Município que se está a aliviar o orçamento das famílias das famílias do nosso concelho, em primeiro lugar porque as famílias com rendimentos mais baixos não pagam IRS, logo esta taxa não se lhe aplica. Em segundo lugar, as famílias com rendimentos baixos, mas que já paguem IRS, a incidência desta taxa, sejam os 5%, 4%, 3% ou menos é residual. No entanto, sobre os salários mais elevados é que esta redução de taxa a aplicar se vai efetivamente sentir, sendo uma verba que a ser arrecadada pela Câmara na sua totalidade poderia ser canalizada para, por exemplo, apoios da câmara a prestar à população mais desfavorecida, educação ou desporto.

#### **Taxa de Derrama**

Propôs o Senhor Presidente, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, alínea d) do nº 1 do artigo 25º ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como na alínea c) do artigo 14º e no artigo 18º ambos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação da Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- Isenção do lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) - artigo 18º, nº 1, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.
- Isenção do lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 0,5% para os sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150 000 - artigo 18º, nº 24, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com o voto contra do Senhor Vereador David Grave e os restantes votos a favor, aprovar proposta de isenção das taxas de derrama e submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

Declaração de voto do Senhor Vereador David Grave:

A CDU vota contra porque esta é das medidas mais injustas que os autarcas podem adotar. Prescindir de uma verba que é proveniente de uma taxa sobre os lucros das empresas e arrecadar verbas provenientes de uma taxa sobre o rendimento do trabalho é das maiores injustiças fiscais e sociais que se podem cometer. Pode ser aplicado uma taxa de derrama mais elevado, 1,5%, para empresas com um maior volume de negócio e uma menor taxa, 0,5%, para empresas com um menor volume de negócio, e nem isso se quis fazer. Prefere-se taxar o rendimento do trabalho dos que os lucros, ainda para mais quando a taxa de derrama a aplicar é residual ou mesmo até ridícula face a outros impostos que se pagam.

Declaração de voto da Senhora Vereadora Carla Figueiras

A região Alentejo carece da ausência de uma verdadeira política de desenvolvimentos das atividades económicas, que promovam a criação de emprego. Considero, assim, que seja importante ter medidas de incentivo à fixação de empresas, que por sua vez são o fator de criação de emprego. Quem gera emprego são as empresas, devemos, pois, criar mecanismos para as fixar no concelho.

Declaração de voto do Senhor Presidente da Câmara

O Senhor Presidente da Câmara manter a isenção na Taxa de Derrama, na medida em que tem vindo a manter esta posição no sentido de fomentar a criação de postos de trabalho, questão essa que se mantém pertinente no concelho pois existem poucos espaços empresariais para se instalarem novas empresas e nesse sentido torna se mais difícil criar postos de trabalho no concelho e os que se verificaram estão em empresas que já estavam instaladas no concelho. Houve uma preocupação em captar investimento externo, que está em curso, mas os empregos entretanto criados são sustentados pelo tecido empresarial local e a introdução de uma taxa de derrama fará com que este tecido empresarial local se for ainda mais sacrificado pela elevada tributação de impostos menor possibilidades terá de continuar a criar emprego. Acresce ainda que estas empresas localizadas no interior, numa zona desfavorecida, já têm por si só custos de



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

logística são mais elevados. Temos a preocupação de contribuir para que o nosso tecido empresarial local seja sustentável e mantenha o crescimento da sua actividade para continuar a criar postos de trabalho no concelho.

#### **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**

Propôs o Senhor Presidente, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, alínea d) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para vigorar no ano de 2022 com efeitos na liquidação que será feita em 2021:

A fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,3% para prédios urbanos, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 e do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

A fixação da redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no artigo 112.º A, (*Artigo aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março*) do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:

- a) Em 20€ para as famílias com 1 dependente a cargo;
- b) Em 40€ para as famílias com 2 dependentes a cargo;
- c) Em 70€ para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo.

A fixação da redução de 25% da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do disposto na Lei dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, nonº1 do artigo 44º -B.

A fixação nos termos do nº 8 do artigo 112º a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados sofra uma majoração de 30%.

- Face à proposta apresentada a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade e em minuta, a fixação de uma taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,3% para prédios urbanos, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 e do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);

- Aprovou, por unanimidade e em minuta, a fixação da redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no artigo 112.º A, (*Artigo aditado pela Lei n.º 7-*



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

*A/2016, de 30 de março*) do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:

- a) Em 20€ para as famílias com 1 dependente a cargo;
- b) Em 40€ para as famílias com 2 dependentes a cargo;
- c) Em 70€ para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo.

- Aprovou, por unanimidade e em minuta, a fixação nos termos do nº 8 do artigo 112º a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados sofra uma majoração de 30%;

- Aprovou, por maioria e em minuta, com os votos contra do Senhor Vereador David Grave e da Senhora Vereadora, Maria Inácia Cachopas, e os restantes votos a favor, a fixação da redução de 25% da taxa do imposto municipal sobre imóveis a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do disposto na Lei dos Estatutos dos Benefícios Fiscais, nonº1 do artigo 44º -B.

As deliberações tomadas e supra descritas serão submetidas à aprovação da Assembleia Municipal.

A Senhora Vereadora Maria Inácia Cachopas, diz que coloca as mesmas questões das colocadas pelos eleitos do MICRE no ano transato. Assim, questiona quantos são os prédios com uma classe energética igual ou superior a A no concelho de Redondo e quantos são os prédios que em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, entre outras, em que a classe atribuída ao prédio seja superior em pelo menos duas classes face à classe anterior.

Declaração de voto da Senhora Vereadora Maria Inácia Cachopas:

Tendo por base a resposta do Senhor Presidente e apesar de nos parecer importante a preocupação com a eficiência energética e apesar, também, de nos parecer importante que a Câmara Municipal de Redondo se associe a campanhas de otimização do consumo de energia e por conseguinte as faça passar aos munícipes. Não nos parece correto que seja por esta via, por considerarmos existir ainda uma grande desigualdade entre os cidadãos. Agravando o facto de prejudicar, sobretudo, quem menos capacidade tem para fazer investimentos."



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

Declaração de voto do Senhor Vereador David Grave:

A CDU vota contra a redução de 25% deste imposto para habitações com eficiência energética porque considera que esta medida apenas beneficia quem tem mais recursos financeiros capazes de fazer estes tipos de investimento que por si só já são beneficiados pela redução do consumo energético.

Declaração de voto da Senhora Vereadora Carla Figueiras

A ambição climática deve ser reforçada também junto das famílias. Além do benefício que está aqui assente, são as preocupações em termos ambientais que nos levam a agir.

Devemos ajudar a fazer o caminho para a adoção de energias renováveis, adoção de tecnologias limpas com destaque para as soluções de eficiência energética.

Declaração de voto do Senhor Presidente da Câmara

É importante manter a taxa de majoração em vigor de 30% aplicável aos prédios urbanos degradados, por forma pressionar e alertar os proprietários para que avancem com a reabilitação dos edifícios por forma a prevenir eventuais derrocadas que colocam em perigo pessoas e bens, mas também para a imagem patrimonial das localidades.

No que respeita á redução da taxa de IMI para prédios urbanos com eficiência energética temos que ter noção que estamos todos obrigados a contribuir para um futuro mais sustentável, para a poupança energética e para a redução da utilização dos combustíveis fósseis.

O Governo ao abrigo do Fundo Ambiental já apoia a instalação dos painéis solares, janelas mais eficientes, etc. Também a Câmara por esta via, dá o seu contributo, e beneficia quem realiza estes investimentos para minimizar os terríveis impactos que já hoje sentimos com a alteração climáticas provocadas pela poluição e aquecimento global.

#### **Autorização prévia prevista na Lei dos Compromissos**

O Senhor Presidente apresentou a proposta que de seguida se transcreve:

*"A delegação de competências é o ato pelo qual um órgão da administração, competente para*



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

*decidir em determinada matéria, permite de acordo com a lei, que outro órgão ou agente pratiquem atos administrativos sobre a mesma matéria, sendo para isso necessário verificarem-se três requisitos:*

- a) uma lei que preveja expressamente a faculdade de um órgão delegar poderes noutra órgão ou agente;*
- b) a existência de dois órgãos ou de um órgão e um agente da mesma pessoa coletiva pública;*
- c) o ato pelo qual o delegante concretiza a delegação dos seus poderes no delegado permitindo-lhe a prática de certos atos na matéria sobre a qual é normalmente competente.*

*Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:*

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

*Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.*

*Considerando, que o art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art.º 14º, estabelecendo que a referida autorização*



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

*prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais.*

**Propõe-se**, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente ao Presidente da Câmara Municipal, com base no Decreto – Lei n.º 127/12, de 21 de junho:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pelo Presidente da Câmara Municipal, nos casos seguintes:
  - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
  - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. Ao abrigo do disposto no n.º3 do art.º6 da Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro, na redação dada pela lei 22/2015, de 17 de março, delegue no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais referidos no n.º1 do art.º6 da referida Lei, quando o valor do compromisso anual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º1 do art.º22 do decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.
4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.
5. Em cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 35º, articulado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente da Câmara



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

*deve dar conhecimento à Assembleia Municipal das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competência.*

**6.** *A presente deliberação deverá ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º6 da Lei n.º8/12, de 21 de fevereiro e do art.º12 do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.*

*Mais se propõe a aprovação desta proposta em minuta.”*

A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade e em minuta, devendo ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

#### **Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Quadriénio 2023-2027 e Orçamento Municipal para 2023-2027**

O Senhor Presidente da Câmara apresentou e colocou à discussão as Demonstrações Orçamentais Previsionais, Orçamento e Plano Orçamental Previsional (Orçamento da Receita e da Despesa), Plano Plurianual (Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais).

Ponderado, apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por maioria e em minuta, com os votos favoráveis do Senhor Presidente da Câmara Municipal, David Galego, do Senhor Vice – Presidente da Câmara Municipal, Rui Pedro Roma, da Senhora Vereadora, Carla Figueiras e com os votos contra dos Senhores vereadores, Maria Inácia Cachopas e David Grave, aprovar as Demonstrações Orçamentais Previsionais, Orçamento e Plano Orçamental Previsional (Orçamento da Receita e da Despesa), Plano Plurianual (Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais), e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

Declaração de voto do Senhor Vereador David Grave:

A CDU, ao olhar para as propostas que introduziu no orçamento de 2022 e para o trabalho realizado durante o ano que agora se aproxima do fim faz o seguinte balanço à execução dos compromissos assumidos:

- Criação de um banco de equipamentos de saúde, só em outubro, a pouco mais de 2 meses do fim do ano é que se pediram uns orçamentos, pedir orçamentos é o mais fácil, já lhe chamam banco de ajudas técnicas nem sei porquê. Já havia equipamento, não se fizeram as normas de colaboração e atribuição até agora, uma coisa tão simples e de tão grande importância para a população que venha a precisar destes equipamentos;
- Requalificação urbana do Bairro António Festas e da Mata Municipal – nada foi feito nem o início de projeto, nem umas simples medições;
- Reabilitação de caminhos e acessos em Santa Susana. Proposta da CDU para o orçamento 2022, a câmara desenvolve um projeto para candidatar ao PRR sem consultar a CDU na sua elaboração, ficando muitos locais críticos de fora do projeto. Está candidatado ao PRR e se não houver financiamento comunitário, há plano B? faz-se com capitais próprios? Vamos à banca? Ou fica por fazer?
- Opção Gestionária – não se aplicou;
- Aquisição de viatura para a Biblioteca Itinerante – só no dia 28 de outubro foi enviado um orçamento com a mesma data à CDU;
- Programa de apoio às IPSS – este só agora será discutido em reunião de câmara porque só agora a CDU reuniu as condições para o apresentar, mas a reduzida verba que consta na proposta de orçamento para 2023 faz prever uma de duas coisas, ou a proposta que será discutida de seguida sofrerá muitas alterações diminuindo significativamente o seu alcance, ou a ser aprovado conforme proposto a verba a disponibilizar para este apoio será bastante condicionada;
- Outras propostas que a CDU apresentou durante o mandato, foram chumbadas e aprovadas parcialmente. Foi o caso das propostas de alteração ao normativo do programa juventude ativa, este que teve origem na proposta da CDU no anterior



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

mandato, e que apenas teve aprovadas 5 das 10 propostas de alteração da CDU. Já as propostas da CDU para alterar, melhora e alargar o número de beneficiários dos prémios de mérito escolar foi chumbado pela maioria PSD/CDS – Uma Nova Atitude, e isto depois de um processo pouco sério.

- Medidas que transitaram do anterior, que no ponto de vista da CDU são importantes para o concelho como a requalificação da Av. Dinis Mirante e Rua Manuel da Fonseca em Redondo, o Largo Dinis Miranda em Montoito, a colocação das restantes placas informativas de delimitação de concelho – parte delas foram colocadas ainda no anterior mandato, embora em alguns sítios de forma ridícula, mas faltam ainda colocar outras tantas – talvez porque não tenha sido uma ideia do PSD mas sim da CDU, ainda não estejam colocadas, ou pior, talvez nunca venham a ser, o que significará deitar para o lixo milhares de euros públicos e do município.
- Uma recomendação da CDU em Assembleia Municipal aprovada por uma larga maioria depois de chegar ao executivo morreu;
- Não houve cooperação, a oposição só serviu para o obrigatório e indispensável. Casos complicados ou melindrosos só chegavam ao Vereador da CDU porque este perguntava por eles, conforme foi o caso dum suposto processo disciplinar ou o caso mais recente da legionela no pavilhão; Informação requerida que ou chegou tarde e a más horas ou nunca chegou, ou nem sequer existiu; tantas e tantas outras situações em que os Vereadores em oposição eram completamente ignorados, e depois querem votos favoráveis ao vosso orçamento?
- No próprio relatório das GOP 2023 é dito o seguinte: “É neste exigente contexto que se submete o documento de gestão 2023, segundo do mandato autárquico da equipa da Uma Nova Atitude (coligação PPD/PSD – CDS/PP), e que se consolida nos seguintes pilares:” – Pois bem, se o orçamento é vosso, então aprove-m-no, porque a CDU não o poderá fazer nestas circunstâncias.
- Como disse o meu camarada Jerónimo de Sousa uma vez num debate com António Costa “a melhor prova do pudim é comê-lo”. Por isso só depois de ver, no concreto,



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

compromissos assumidos cumpridos é que poderemos voltar a viabilizar um orçamento municipal, porque a CDU não passa cheques em branco.

Declaração de voto da Senhora Vereadora Maria Inácia Cachopas:

Com a mesma convicção de sempre, assumimos as nossas responsabilidades e apresentámos os nossos contributos ao Orçamento Municipal do ano de 2022.

Apresentámos 54 medidas que considerávamos, e consideramos, importantes para o Concelho de Redondo, e em diferentes áreas.

A bem da verdade, diga-se, grande parte das propostas estavam inseridas nos documentos das Grandes Opções do Plano, mas numa análise mais cuidada, verificava-se que algumas já vinham na continuidade do mandato anterior, outras eram comuns às demais forças políticas e as sobrantes não eram muitas.

Mas mesmo assim, não fizemos grandes exigências com a medida A ou a medida B – entendemos que tínhamos um bom leque de propostas e o executivo em permanência, que sempre defendeu a colaboração entre todos e tantas vezes acusou o MICRE do contrário, certamente iria ter uma postura diferente.

Entendemos que o executivo tinha que ter o seu tempo de contacto com uma realidade nova e por isso a pouca dotação orçamental nas rubricas poderia ser entendida como uma primeira fase, sendo que a segunda fase poderia acontecer com o reforço do saldo da gerência anterior.

Mas também percebemos, pelo Relatório das Grandes Opções do Plano 2022 que era – como ainda é hoje – entendimento que, e cito “a população ao escolher o Presidente, a equipa, e o projeto da UNA ... através da tomada de posse ... se tornou o programa de governação para o mandato do município de Redondo para o mandato autárquico 2021/2025”.

Também percebemos, pelo mesmo relatório, que o montante gasto com as despesas de funcionamento, nomeadamente com as relativas ao pessoal, agora já não eram assim tão importantes. Que a procura de receitas próprias também já não era assim tão importante.

Também percebemos a questão das 90 intervenções em edifícios municipais a rondar 6.000.000 de euros.



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

Percebemos que na 1ª reunião de câmara deste mandato encontram um saldo de gerência anterior na ordem de um milhão e cem mil euros e na segunda, passados 15 dias, têm um saldo de gerência de um milhão e trezentos mil euros. E percebemos que dessa herança nunca ninguém falou.

Mas mesmo assim votámos favoravelmente. Era a nossa obrigação.

Volvido um ano de mandato autárquico, e prestes a terminar a execução do orçamento de 2022, relembramos que o PSD e o CDS-PP diziam em 2018 que os problemas estavam todos identificados.

Em 2021 é dito, pelo agora Presidente, à altura candidato à Câmara Municipal de Redondo, que “a sua coligação, enquanto oposição, teve 4 anos a trabalhar, todos os dias, ao serviço da nossa terra”.

Os Redondenses acreditaram!

Acreditaram que com os problemas identificados, o planeamento estava todo feito! Era só executar o que havia sido planeado durante os 4 anos de intenso trabalho!

Relembro-vos alguns problemas identificados, que constaram do Programa Eleitoral e que também constaram do planeado em orçamento para o ano de 2022, que nós aprovámos:

- Era necessário criar um evento anual no âmbito da agricultura e agro-indústria. Montoito tinha que ser um polo de atractividade neste sector!
- Era necessário dinamizar e modernizar a Feira Medieval! - Foi modernizada ou dinamizada? Ou foi igual à dos anos que passaram?
- Valorizar-se-ia a Zona Oficinal de Montoito com a instalação de empresas!
- Posicionar-se-ia Montoito como um polo de atractividade para as empresas agrícolas!
- Já há projecto para as novas instalações sanitárias da Serra d'Ossa? Já foi feita a reabilitação de pavimentos na Aldeia da Serra D'Ossa? Como foi melhorado o abastecimento público na Aldeia da Serra D'Ossa? Já existe projecto para requalificar o Largo do Chana?
- Foram construídos os campos de padel?
- Foi criado o plano municipal de sinalética?
- Foi elaborado o Regulamento de apoio ao Associativismo?
- Deram continuidade à iniciativa Saberes e Sabores?



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

- Dotaram o coliseu de Redondo e o Pavilhão de Exposições de Redondo de melhores condições acústicas?

- Dotaram a frota municipal de mais viaturas eléctricas?

Entre outras.

E não elenco aqui as que nos anos anteriores diziam que o MICRE não executava porque eram vossas. E agora, que o vosso programa se tornou a governação – tal como dizem – também não as executam.

Façamos o exercício de comparar as actividades que todos aprovámos para o ano de 2022 e o que foi executado até à presente data!

Sendo que as actividades que têm vindo a ser desenvolvidas são praticamente uma continuidade das existentes, então onde está a estratégia? Então onde está a mudança em que os nossos concidadãos votaram?

Sabemos que encontraram coisas boas. Sim, são de continuar!

Temos plena consciência que também encontraram outras menos boas ou que se pretendem de forma diferente. Mas não vamos lá só com “acções de cosmética” e com pequenos ajustes aqui e ali.

Façamos um outro exercício da avaliação.

Na verdade, a ausência de estratégia, a falta planeamento e a incapacidade de acção para dar resposta às necessidades e às solicitações dos munícipes e das entidades são as notas que dominam os resultados da avaliação realizada.

A relutância em informar e envolver os colaboradores e a deficiente definição de prioridades traduziram-se numa redução acentuada e crescente da capacidade de intervenção e acção, o que nos demonstra que o trabalho é feito em cima do joelho, caso a caso, sem planeamento.

E com a mesma convicção de 2021, embora muito mais despertos para a realidade, pelo referido anteriormente, assumimos as nossas responsabilidades e apresentámos os nossos contributos ao Orçamento Municipal do ano de 2023.

Desta feita de forma diferente. Sinalizámos as rubricas que deviam ser aumentadas, e das apresentadas anteriormente, que continuam por cumprir, sinalizámos como prioritárias o novo



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

acesso à zona industrial de redondo e a requalificação/ampliação dos BVR. Como medida nova sinalizámos a construção de um depósito de água na localidade dos Foros da Fonte Seca.

Da leitura do Relatório das Gop's 2023, retiramos que continua a fazer-se referência à governação da equipa Una. Que aqui neste caso não é uma de uma nova atitude mas uma de sozinha.

Retiramos da mensagem inicial, onde se faz a grande introdução ao que vai acontecer no ano em análise que apenas e só as vossas propostas estão incluídas.

Retiramos, ainda, que a requalificação/ampliação dos BVR, aparece com a palavra “apoio” imediatamente antes.

Não! Nós não queremos apoiar a requalificação do Quartel. Nós queremos Requalifica-lo, queremos tirar-lhe o amianto e queremos amplia-lo. E queremos fazer isso o quanto antes!

E quando, seja em que altura for, as nossas propostas sejam consideradas no sentido de serem implementadas, e quando começarmos a ver de facto a atitude diferente e que corresponde às expectativas e anseios dos nossos concidadãos – não teremos qualquer problema em votar favoravelmente.

Por ora, considerando os pressupostos acima resumidos e sem com isso estar a negar aspectos que consideramos positivos, o MICRE não pode deixar de votar contra as GOP e o Orçamento.

Declaração de voto do Senhor Presidente da Câmara

O orçamento atual, construído a partir das receitas para 2023, tem um acréscimo de quatrocentos mil euros na receita, por via das transferências do estado, o que permite receber mais verbas que em 2022, ainda que comparativamente com 2021 sejam inferiores, são verbas importantes para viabilizar o aumento salarial, viabilizar os custos com combustíveis e o transporte diário escolar, viabilizar o apoio às associações e para tal é necessário reforçar as rubricas de combustíveis e de subvenções a que respeitam, por forma a dar continuidade ao apoio à população. É de fato importante que este orçamento que se propõe seja um orçamento que dê condições para se trabalhar no próximo ano e está estruturado nesse sentido. A postura da UNA nos anos anteriores foi uma postura responsável por forma a permitir que as outras forças políticas pudessem governar, mesmo até, depois de acusados de ser o cajado do MICRE



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

quando viabilizámos um orçamento do MICRE, e apenas votando contra o orçamento uma vez. Viabilizar esse orçamento era responsabilidade do PS que tinha integrado o seu vereador na equipa do executivo, mas o orçamento acabou por não ser aprovado. Dar nota desta capacidade que sempre tivemos de olhar para as necessidades da Câmara, para as necessidades das pessoas, da população, concordando umas vezes mais outras menos com a gestão do executivo anterior.

Fico incrédulo quando agora vejo o MICRE a pretender uma nova acessibilidade à zona industrial, pois não se compreende porque não o concretizou em décadas de governação, assim como não permitiu viabilizar a terceira fase da zona industrial apesar de ter o financiamento comunitário aprovado e não o ter capacidade de o ter posto em prática.

Chegamos ao fim de 2022 e temos orgulho do caminho que começámos a fazer, demos passos muito importantes, as crianças têm atualmente uma alimentação escolar condigna porque apostámos de forma significativa nesse benefício que é mais urgente que qualquer obra na rua.

Foi para benefício das famílias e das crianças que, prolongámos as atividades desportivas e culturais de verão ao mês de agosto, mesmo com constrangimentos que iremos melhorar com o tempo, reforçámos as bolsas de estudo para apoio às famílias e jovens estudantes, por forma a lhes dar mais uma oportunidade de continuarem os estudos no ensino superior e terem um menor custo de vida académica, por via deste apoio que era insignificante. Apostámos na saúde e bem-estar da população, passando a ter ginástica de manutenção quinzenal. Apoiámos as famílias refugiadas da Ucrânia com alojamento e alimentos. Implementámos o acelerador multilingue por forma a possibilitar aos jovens aprenderem o Inglês técnico e de forma gratuita, que lhes permita ganhar competências para um futuro que se avizinha competitivo e em que esta qualificação a nível do inglês é fundamental. Olhámos para o turismo como um elemento muito relevante, trabalhámos na marca Redondo Wine Land, que é hoje uma realidade, colocámo-la em prática e está na rua, uma marca fundamentalmente económica que promove e valoriza um concelho vitivinícola, um concelho com muitos hectares de vinha, com muitos produtores e com muitos agricultores que com muitos outros trabalhadores indirectos ou sazonais que dependem financeiramente dessas atividades produtoras de vinhos. Com isto temos apostado fortemente na imagem e defesa dos interesses do concelho e por essa via reforçámos a capacidade das nossas adegas venderem o seu produto final, sendo esta uma via importante de sustentabilidade



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

aos vitivinicultores. Estamos já a trabalhar, em conjunto com a Entidade Regional de Turismo, no programa de valorização da Serra D'Ossa que não se faz num dia, isso é certo, mas irá acontecer. Estamos a implementar estratégias por forma a reforçar a valorização daquele espaço e as condições de atratividade daquela zona magnífica e deslumbrante com elevado potencial, um trabalho em rede com as Câmaras Municipais em volta de Redondo e que iremos continuar a desenvolver com forte afinco para criar novas valências, para que a Serra D'Ossa seja um local obrigatório de visita no Alentejo. Para isso foi necessário dar um passo significativo na revisão do PDM, um trabalho exigente, minucioso e moroso que tivemos que fazer e terá a sua apresentação pública ainda este ano. Bem sei que foi começado há uns três, quatro anos, mas conseguimos dar um impacto muito significativo, que tínhamos de desenvolver por ser um elemento estratégico importante. Acreditamos que está para breve a escritura da Herdade da Palheta, um projeto em que nos envolvemos de corpo e alma e que não terei dúvidas que será uma realidade de algo que estava estagnado e que irá criar atratividade ao concelho. Tivemos que avançar a posse administrativa de um centro de acolhimento ao turista, mais um processo burocrático de uma empresa falida que nos caiu em mãos, que tivemos que resolver, vamos fazer este caminho para abrir o posto de turismo. E afirmo que ter o azar de um fornecedor falir não é culpa de ninguém, são situações que podem acontecer a todos, mas são vicissitudes que prejudicam e atrasam o desenvolvimento das nossas atividades. Fizemos candidaturas, entretanto aprovadas, que vamos implementar, duas delas para divulgação dos passadiços e das Ruas Floridas, por forma a dar a conhecer o nosso território e promove-lo lá fora. Apostámos numa nova diversificação e dinamismo para a feira do livro, trouxemos vários autores reconhecidos e desta forma obtivemos um evento de muita qualidade, marcámos a diferença e promovemos o concelho e a sua cultura. Levámos a iluminação de natal a todas as localidades do concelho. Passámos a ter um dinamismo de cultura, embora ainda longe do que pretendemos, mas com melhorias significativas, com exposições no foyer do centro cultural e do museu do vinho e efetivamente conseguimos promover muito mais daquilo que é a cultura das nossas gentes com exposições de muitas pessoas que tinham orgulho em expor, à luz do dia, o trabalho desenvolvido. Já adjudicámos o espelho de água para o parque ambiental de Montoito, um lago há muito seco que precisava de uma reconversão que efetivamente dignificasse aquela povoação



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

e passasse a ter um espaço condigno para as pessoas usufruírem. Contatámos e apresentámos um projeto, à Agência Portuguesa do Ambiente, para a requalificação da ribeira de Santa Susana, ainda não há financiamento para tal, mas é um assunto que vamos colocar em cima da mesa, porque é fundamental que se efetive essa requalificação. Requalificámos alguns pavimentos, tais como na Rua Fialho de Almeida entre outras e temos muitas outras por efetivar. Iniciámos a requalificação no cemitério, obras essas urgentes, principalmente nas casas de banho degradadas desse espaço. Conseguimos a aprovação do centro de recolha de animais, um projeto que se está a ultimar para se lançar também essa obra e ao lado vamos construir um Ecocentro de recolha e seleção de resíduos, mesmo que não consigamos financiamento comunitário para tal. É um projeto importante para a gestão de resíduos no concelho e que irá reduzir os custos nesse âmbito e vem sensibilizar e limitar a deposição de resíduos. Avançámos com o projeto de duas novas extensões de saúde, para Montoito e Santa Susana, projetos que foram já apresentados e submetida a sua candidatura, pois era importante dotar essas duas povoações com espaços condignos, onde possa a população mais idosa, vir a ter as suas consultas médicas, pois precisa de conforto e acessibilidades de proximidade e dignidade nos espaços que visita e essa população tem todo o direito em ter esses locais, obviamente quando se faz uma candidatura no primeiro ano de mandato, não se pode estar à espera que se faça a obra nesse mesmo ano e se complete a obra no primeiro ano de mandato. Candidatámo-nos e temos já o caderno de encargos do futuro espaço de Co-Work, na freguesia de Montoito, para permitir a quem queira localizar a sua residência no concelho, possa desenvolver a sua atividade nesse espaço, um espaço de escritórios partilhados e com um projeto já aprovado, que estamos a trabalhar em conjunto com a CIMAC e que se tornará uma realidade no próximo ano. Já está em elaboração o projeto da área de serviço de autocaravanas, em conjunto com a Entidade Regional de Turismo, para se avançar com este projeto. Como vamos abrir um centro de acolhimento ao turista, precisamos de dignificar o espaço do o largo da Nossa Senhora da Saúde que será maioritariamente o primeiro local onde as pessoas visitam Redondo e por isso precisa de condições para acolher as pessoas que nos vêm visitar. Temos de dar uma boa impressão do local onde as pessoas se deslocam para obter informações turísticas com o intuito de visitar o nosso concelho. É de fato um local que queremos requalificar, o projeto está a ser elaborado e esperamos obter fundos comunitários,



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

mas o projeto vai de fato avançar. Um trabalho exigente e que também não tinha sido iniciado e está a mais de meio, foi a estratégia local de habitação, um trabalho que requereu um esforço de muitas entidades para identificar edificações com condições indignas no nosso concelho e identificámos muitas, 115 agregados familiares que correspondem a 261 indivíduos nessas condições, é um trabalho longo, mas que iniciámos, tinha que ser feito e pretende apoiar as famílias com carências habitacionais, para no futuro lhes darmos melhores condições. Candidatámo-nos, em parceria com os clubes desportivos, ao programa de reabilitação de infraestruturas desportivas, para reabilitação desses espaços do qual ainda não recebemos resposta, vamos voltar a apresentar candidatura em 2023 para a sustentabilidade energética dos referidos edifícios, para lhes dar a oportunidade de melhoria das instalações desportivas. Já temos aprovada a iniciativa rearboreizar Redondo, deste modo, muitos espaços passarão a ter condições adequadas a alterações climáticas, com rega automática e com um novo mobiliário urbano dignificamos os espaços e criamos melhores condições para as pessoas desfrutarem dos locais de lazer e possam efetivamente ter mais sombra, assim como mais equipamentos urbanos. Fizemos os projetos de acessibilidade nas vias rodoviárias de Santa Susana, Redondo e Montoito para melhoria das suas acessibilidades, um levantamento exaustivo e mesmo assim não conseguimos chegar a todas as necessidades que pretendíamos, pois sabemos também que o PRR não tem verbas ilimitadas. No total das candidaturas apresentámos valores próximos dos quatrocentos mil euros mesmo tendo um curto espaço de tempo para lançar a candidatura. O nosso gabinete técnico esforçou-se e fez um trabalho fortíssimo, com muita qualidade, para identificar a maioria das situações, era uma candidatura que tinha um prazo para se apresentar muito curto, aliás como todas as candidaturas do PRR e naturalmente tivemos que acelerar e colocar dentro do levantamento que foi elaborado, as intervenções mais urgentes. Candidatámos as Creches de Redondo, Montoito e o Apoio Domiciliário nas Aldeias de Montoito, inscrevemos neste orçamento, o início da Creche de Montoito. A aprovação deste orçamento é de fato relevante para avançarmos nestes trabalhos, para a criação de uma Creche em Montoito. Olhámos também para as pessoas com fraca mobilidade e candidatamo-nos a melhorias nas suas habitações, a Câmara naturalmente faz este trabalho ao longo do tempo e tem habitualmente feito as melhorias necessárias, mas este será mais um apoio. Avançámos com a conclusão de



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

alguma obras e fizemos melhorias de fundo na piscina coberta, numa série de reparações que temos vindo a fazer ao longo deste ano, assim como também nos espaços das associações com colocação de água quente, nomeadamente, nos balneários em Santa Susana e no centro de cycling. Estamos a ultimar a obra do espaço da universidade Túlio Espanca, obra essa que vinha do anterior executivo e não tinha avançado de forma muito significativa, mas que estamos já a ultimar. Fizemos a reparação de equipamentos nos espaços infantis, como a colocação de pisos novos, substituição das vedações para a melhoria da segurança das crianças e melhorias nos equipamentos desportivos, que foram já certificados, entretanto. Combatemos uma série de edificações em degradação com pequenas intervenções que temos vindo a fazer ao longo do tempo. Por falta de obra feita pelo anterior executivo perdemos o financiamento para a unidade A, terceira fase da reabilitação urbana em janeiro de 2021, pois ao fim de seis meses não havia uma única pedra nova colocada no terreno, fomos atrás do prejuízo e conseguimos recuperar o financiamento e por fim a obra está na rua e vamos concluí-la, conforme temos estado a combinar com CCDR. Foi um trabalho meritório e fundamental não perder esse financiamento. Acelerámos as obras das ruas da unidade B, até acelerámos em excesso e comentemos alguns erros na gestão porque efetivamente tivemos demasiadas ruas em obra ao mesmo tempo, não depende só de nós, mas a unidade B, mais dia menos dia, estará pronta. Tem um prazo muito apertado para ser finalizada. Avançámos com uma semana da juventude, pedida por muitos, em moldes que não apenas os musicais. Colocámos conferências, jogos de água, levámos os nossos jovens ao palco, fizemos color-party, paintball e diversas outras actividades o que dignificou a nossa semana da juventude. Criámos o gabinete de apoio ao associativismo, é certo que o regulamento não está em cima da mesa, mas está criado ao fim de muitos e muitos anos. Fizemos a demolição de muitos prédios, em ruínas, que poderiam colocar em perigo pessoas, as suas famílias e as suas vidas e reconstruímos algumas edificações de pessoas que estavam em situação de habitação pouco digna. Preocupámo-nos com a construção de um armazém de fitofármacos, para podermos legalmente fazer a aplicação destes e nem vou abordar algumas situações que se verificaram no passado, mas que todos temos a noção. Procurámos defender a nossa população com a colocação de armadilhas de vespas asiáticas, procedemos ao tratamento adequado da lagarta do pinheiro e já estamos a fazer a recolha e captura dos pombos, é um



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

trabalho que está a ser implementado. Temos as ruas mais limpas, com mais pessoas a trabalhar nessas tarefas e isso é importante para nós. Melhorámos muito a limpeza urbana. Colocámos muitos programadores electroválvulas em diversos locais para poupar água, o que permite adequar a gestão dos espaços verdes. Implementámos uma equipa rápida para avarias de água e saneamento. Estamos com um trabalho em desenvolvimento, conjuntamente com as infraestruturas de Portugal, para a reabilitação da estrada da Vendinha para Montoito, como fizemos para a estrada da Serra D'Ossa e para a estrada de Redondo para Montoito. Conseguimos com alguma celeridade que esses trabalhos fossem feitos e temos hoje pavimentos condignos para se passar. Fala-se muito do gabinete de urbanismo, dos processos em espera, mas neste momento os processos que entram estão a ser despachados muito rapidamente, temos um levantamento com mais de 70 processos, bem instruídos, despachados e aprovados em reunião de Câmara, sendo que 51 destes, são do ano 2022, é um procedimento que os serviços on-line nos vão ajudar a melhorar, muitos dos casos menos céleres devem-se ao fato dos processos não virem bem instruídos e naturalmente não é possível despachá-los. Gerimos o orçamento com o cuidado de não delapidar o saldo bancário, quisemos perceber onde a gestão financeira era adequada, tivemos muito cuidado na preparação de projetos para o futuro, projetos esses que não se implementam em dois ou três anos. O saldo bancário atual mantém-se, comparativamente ao início do ano, com a agravante do aumento de custos que se verificam a nível dos combustíveis, consumíveis, materiais de construção e melhorias salariais, pois de fato valorizámos as carreiras de assistentes operacionais para assistentes técnicos e de assistentes técnicos para técnicos superiores, é um caminho que vamos querer continuar a fazer, revalorizar as pessoas e encontrar locais para valorizar mais o trabalho de cada funcionário. O foco é valorizar o trabalho que prestamos no dia a dia à população, que é para isso que trabalhamos todos os dias.

#### **Proposta de Organograma e Mapa de Pessoal do Município de Redondo para o ano de 2023**

O Presidente da Câmara apresentou e colocou à discussão o Mapa de Pessoal para o ano de 2023.



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

Ponderado, apreciado e discutido o assunto o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o presente Mapa de Pessoal do Município de Redondo para o Ano de 2023; Mais deliberaram submeter a presente proposta à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em ordem ao preceituado na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como na alínea a), do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

#### **Proposta de Projeto de Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (ponto proposto pelo Senhor Vereador da CDU – David Gave)**

Apreciada e discutida a proposta de Projeto de Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, foram consideradas as alterações propostas pelo restante executivo e a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **Proposta Taxas e Licenças Municipais (aprovado por unanimidade a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos)**

Propôs o Senhor Presidente, nos termos do disposto nos termos do no n.º 1 do artigo 5.º do atual Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Redondo, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2014, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sua sessão extraordinária de 26 de dezembro de 2013, os valores das taxas e licenças previstos no regulamento podem ser atualizados de acordo com a taxa anual de inflação.

Que o último valor conhecido da taxa anual de inflação, medida através do índice de preços no consumidor (IPC), situa-se em – 10,2%.

Considerando o estado atual financeiro do país e as dificuldades com que muitas famílias sobrevivem, o executivo municipal;

- Propõe a **não** atualização do Regulamento de Taxas e Licenças Municipais, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do atual Regulamento, considerando que esta medida seja um contributo importante tanto para as famílias, como para as empresas.



## MUNICIPIO DE REDONDO

### CÂMARA MUNICIPAL

- Propõe a **isenção** dos estabelecimentos de restauração do pagamento de taxas relacionadas com a ocupação da via pública com esplanadas.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n. 1 do art.º 25 da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

### ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, eram 13:30 horas.